



INVENTARIAR A LIBERDADE: POR UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DESCOLONIAL

INVENTAR LA LIBERTAD: POR UNA EDUCACIÓN PATRIMONIAL DESCOLONIAL

INVENTING FREEDOM: TOWARDS A DECOLONIAL HERITAGE EDUCATION

Jamile Borges da Silva¹
José Augusto Ramos da Luz²

Resumo

Este texto investiga o patrimônio cultural como uma construção histórica atravessada por disputas de poder, que legitimam certas memórias enquanto silenciam outras. Demonstra-se que o campo patrimonial não é neutro, sendo moldado pela colonialidade do saber para fortalecer narrativas dominantes e marginalizar vivências dissidentes. No âmbito educativo, critica-se o ensino transmissivo e passivo, propondo, em contrapartida, uma reconfiguração da educação patrimonial baseada na pedagogia crítica e em perspectivas decoloniais. Inspirada em Paulo Freire, essa abordagem defende uma prática dialógica, problematizadora e orientada à ação. Nesse cenário, introduz-se o conceito de "inventariar a liberdade", que desloca o inventário da esfera técnica para a epistemológica e política. Entende-se que todo inventário envolve escolhas de seleção e interpretação mediadas por conflitos de poder. Ao articular o patrimônio como documento/monumento, o texto revela como a organização da memória produz identidades e exclusões. Assim, a educação patrimonial deve superar a

¹ Coordenadora do Centro de Estudos Afro-Orientais (2023–2025) e editora da Revista Afro-Ásia (Qualis A2). Realizou pós-doutorado pela Universidade de Lisboa e atua como pesquisadora permanente do CEAO. Foi coordenadora do PÓSAFRO/UFBA (2019–2021). Possui graduação em Ciências Sociais, bacharelado em Antropologia, mestrado em Educação e doutorado em Antropologia pela UFBA. É professora associada da UFBA e docente na pós-graduação em diversas instituições. Integra o Programa Interdisciplinar sobre Estudios Decoloniales (CIMED/Universidad Nacional de Mar del Plata). Desenvolve pesquisas no CEAO e em países africanos como Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique. Atua na coordenação da Fábrica de Ideias (CEAO/UFBA/FORDSEPHIS) e coordena o Museu Afro Digital em parceria com instituições nacionais. Suas pesquisas concentram-se em antropologia contemporânea, patrimônio, museus e processos transculturais, além de temas como educação, tecnologia, cibercultura, cidadania, etnicidade, imagem, memória e identidades culturais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8291-7805> / Email: jamile.ufba@gmail.com

² Possui graduação em Licenciatura em História (1994); Mestrado (2000); Doutorado em História Social (2009) e Pós-Doutorado (em andamento) no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (2025), vinculado ao Centro de Estudos Afro-Orientais, todos realizados na Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana, atuando na graduação, na pós-graduação (Especialização em História da Bahia e Mestrado em História) e na formação continuada de professores. Coordenou a Universidade Aberta do Brasil - UAB na UEFS. Tem experiência na área de: História (no ensino presencial e na modalidade EaD), com ênfase em História da Bahia e do Brasil; nas áreas de Educação e Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, Metodologia e Didática do ensino de História, Formação Continuada de Professores, Educação Patrimonial, Culturas Digitais e Tecnologias Educacionais, Cultura Organizacional Escolar, Sociedade e Infância. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8370-5182> / Email: joseaugusto@uefs.br



mera transmissão de dados, capacitando os sujeitos a participarem ativamente da construção e disputa das narrativas sobre o passado. A liberdade, portanto, concretiza-se na intervenção direta nos processos que definem o patrimônio. Conclui-se que "inventariar a liberdade" transforma o inventário em um espaço de problematização e pluralização narrativa. Ao deixar de ser um instrumento de fixação de sentidos, a prática patrimonial assume sua função de transformação social, permitindo a abertura para novos horizontes de ação e consciência histórica

Palavras-Chave: Patrimônio; Decolonialidade; Educação Patrimonial; Memória; Inventário crítico

Resumen

El texto investiga el patrimonio cultural como una construcción histórica atravesada por disputas de poder que legitiman ciertas memorias mientras silencian otras. Se demuestra que el campo patrimonial no es neutro, sino que está moldeado por la colonialidad del saber para fortalecer narrativas dominantes y marginar vivencias disidentes. En el ámbito educativo, se critica el modelo de enseñanza transmisivo y pasivo, proponiendo, en cambio, una reconfiguración de la educación patrimonial basada en la pedagogía crítica y en perspectivas decoloniales. Inspirada en Paulo Freire, esta propuesta defiende una práctica dialógica, problematizadora y orientada a la acción. En este escenario, se introduce el concepto de "inventariar la libertad", que desplaza el inventario de la esfera técnica a la epistemológica y política. Se entiende que todo inventario implica elecciones de selección e interpretación mediadas por conflictos de poder. Al articular el patrimonio como documento/monumento, el texto revela cómo la organización de la memoria produce identidades y exclusiones. Así, la educación patrimonial debe superar la mera transmisión de datos, capacitando a los sujetos para participar activamente en la construcción y disputa de las narrativas sobre el pasado. La libertad, por tanto, se concreta en la intervención directa en los procesos que definen el patrimonio. Se concluye que "inventariar la libertad" transforma el inventario en un espacio de problematización y pluralización narrativa. Al dejar de ser un instrumento de fijación de sentidos, la práctica patrimonial asume su función de transformación social, permitiendo la apertura hacia nuevos horizontes de acción y conciencia histórica.

Palabras clave: Patrimonio; Descolonialidad; Educación patrimonial; Memoria; Inventario crítico.

Abstract

This text investigates cultural heritage as a historical construction shaped by power disputes that legitimize certain memories while silencing others. It demonstrates that the heritage field is not neutral, but rather molded by the coloniality of knowledge to strengthen dominant narratives and marginalize dissident experiences. In the educational sphere, the text criticizes transmissive and passive teaching models, proposing instead a reconfiguration of heritage education based on critical pedagogy and decolonial perspectives. Inspired by Paulo Freire, this approach advocates for a dialogical, problem-posing, and action-oriented practice. Within this framework, the concept of "inventorying freedom" is introduced, shifting the inventory from a technical sphere to an epistemological and political one. The study argues that every inventory involves choices of selection and interpretation mediated by power struggles. By



articulating heritage as a document/monument, the text reveals how the organization of memory produces identities and exclusions. Consequently, heritage education must move beyond mere information transmission, empowering subjects to actively participate in the construction and contestation of narratives about the past. Freedom, therefore, is realized through direct intervention in the processes that define heritage. The text concludes that "inventorying freedom" transforms the inventory into a space for problematization and narrative pluralization. By ceasing to be an instrument for fixing meanings, heritage practice assumes its role in social transformation, opening the way toward new horizons of action and historical consciousness.

Keywords: Heritage; Decoloniality; Heritage education; Memory; Critical inventory.

1. Introdução

O patrimônio, historicamente vinculado a processos institucionais de preservação e difusão cultural, tem operado, em grande medida, sob lógicas normativas que tendem a naturalizar determinadas escolhas acerca do que deve ser lembrado, valorizado e transmitido. Longe de constituir um campo sem dissensos, o patrimônio cultural inscreve-se em disputas de poder que envolvem a seleção de narrativas, a legitimação de saberes e a produção de regimes de memória socialmente hierarquizados. Nesse sentido, a crítica decolonial tem apontado como esses mesmos processos ainda são marcados pela colonialidade do poder e do saber, tal como Aníbal Quijano os formulou e Walter Dignolo aprofundou. Isto evidencia a continuidade de estruturas que subalternizam epistemologias não dominantes e geram o apagamento sistemático de experiências históricas dissidentes.

No plano educacional, essa questão se torna ainda mais específica, visto que as práticas pedagógicas ligadas ao patrimônio muitas vezes se restringem à simples transmissão de conteúdos considerados legítimos, o que reduz a formação a uma experiência em que a recepção é passiva. Diferentemente desse modelo, a pedagogia crítica, fundamentada em Paulo Freire, defende a educação como uma prática voltada para a liberdade, focando na formação da consciência crítica e na relação entre reflexão e ação transformadora. Isso é ampliado pela educação intercultural crítica, como explica Catherine Walsh, que se concentra em desestabilizar as hierarquias de conhecimento e reconhecer saberes que foram marginalizados ao longo da história.

Nesse contexto, torna-se necessário problematizar o próprio conceito de inventário patrimonial. Tradicionalmente compreendido como procedimento técnico de identificação, registro e catalogação de bens culturais, o inventário tem sido orientado por critérios que, não raro, reproduzem visões hegemônicas de cultura e memória. Ao ser deslocado para uma perspectiva crítica, o inventário pode ser compreendido como prática epistemológica que além de descrever, interpreta, questiona e reconfigura os regimes de visibilidade que sustentam o campo patrimonial. Tal deslocamento implica na compreensão da identidade cultural como processo dinâmico e relacional, conforme argumenta Stuart Hall.

A partir dessa inflexão teórica, este artigo propõe a noção de “inventariar a liberdade” como uma chave analítica para a reconfiguração da educação patrimonial em perspectiva decolonial. Parte-se do pressuposto de que o inventário, quando ressignificado como prática pedagógica crítica, pode operar como dispositivo de desestabilização de hierarquias epistemológicas, possibilitando a emergência de



narrativas plurais e a reinscrição de sujeitos historicamente subalternizados nos processos de produção da memória. Nesse sentido, a liberdade não é concebida como categoria abstrata, é prática situada, produzida na tensão entre memória, poder e conhecimento. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em desenvolver uma reflexão teórica que articule decolonialidade, educação e patrimônio, buscando contribuir para a construção de abordagens educativas comprometidas com a transformação dos modos de narrar, significar e experienciar o patrimônio cultural.

2. Colonialidade, memória e patrimônio

A compreensão do patrimônio como prática voltada exclusivamente à preservação cultural se desfaz quando confrontada com os processos históricos que estruturam, selecionam e legitimam determinadas memórias em detrimento de outras. Ele não é um conjunto espontâneo de bens herdados, é uma construção histórica e política que organiza o passado segundo critérios de seleção, classificação e legitimação. Como argumenta Laurajane Smith, ele deve ser visto como uma prática discursiva que naturaliza certos valores e formas de conhecimento. Em particular, o chamado "authorized heritage discourse", que privilegia as narrativas ligadas às elites ocidentais, por meio de critérios estéticos, técnicos e nacionais que tendem a deixar de fora outras experiências e modos de atribuição de sentido ao passado.

(...)there is a hegemonic 'authorized heritage discourse', which is reliant on the power/ knowledge claims of technical and aesthetic experts, and institutionalized in state cultural agencies and amenity societies. This discourse takes its cue from the grand narratives of nation and class on the one hand, and technical expertise and aesthetic judgement on the other. The 'authorized heritage discourse' privileges monumentality and grand scale, innate artefact/site significance tied to time depth, scientific/aesthetic expert judgement, social consensus and nation building (Smith, 2006, p. 11).

Nesse sentido, o patrimônio, além de conservar memórias, produz regimes de verdade que definem quais experiências são reconhecidas como históricas e quais são relegadas à invisibilidade. A noção de colonialidade do poder, formulada por Aníbal Quijano, permite compreender esse processo em sua profundidade estrutural. Como afirma o autor, a modernidade instituiu um padrão global de poder baseado na classificação social da população a partir da ideia de raça, entendida como uma construção mental que legitima relações de dominação. Essa classificação não se limita ao plano social, se expande ao mundo do trabalho, mas organiza também a produção do conhecimento e da memória, definindo hierarquias entre culturas, saberes e modos de vida.

La incorporación de tan diversas y heterogéneas historias culturales a un único mundo dominado por Europa, significó para ese mundo una configuración cultural, intelectual, en suma intersubjetiva, equivalente a la articulación de todas las formas de control del trabajo en torno del capital, para establecer el capitalismo mundial. En efecto, todas las experiencias, historias, recursos y productos culturales, terminaron también articulados

en un sólo orden cultural global en torno de la hegemonía europea u occidental. En otros términos, como parte del nuevo patrón de poder mundial, Europa también concentró bajo su hegemonía el control de todas las formas de control de la subjetividad, de la cultura, y en especial del conocimiento, de la producción del conocimiento (Quijano, 2000, p. 209).

A articulação entre a noção de colonialidade do poder, formulada por Aníbal Quijano, e a crítica ao discurso autorizado do patrimônio desenvolvida por Laurajane Smith permite deslocar este último do campo da preservação para o campo da disputa política e epistemológica. Nesse contexto, o acervo opera como extensão desse padrão, ao selecionar e institucionalizar narrativas que reproduzem essas classificações. Ele se torna um mecanismo de reprodução da colonialidade, responsável por fixar sujeitos e culturas subalternizadas em um tempo pretérito, ao mesmo tempo que universaliza experiências europeias como norma histórica. Dessa forma, longe de constituir apenas um campo de preservação, torna-se um dispositivo contemporâneo de atualização da colonialidade do poder, reiterando hierarquias raciais, epistemológicas e temporais sob a aparência de consenso cultural.

Porém, se em Quijano, a modernidade inaugura um padrão global de poder fundado na classificação racial da população e na articulação entre raça, trabalho e conhecimento, sob hegemonia eurocêntrica, Mignolo radicaliza essa perspectiva ao afirmar que a colonialidade é uma dimensão constitutiva da modernidade. Sustenta que os ideais de progresso, racionalidade e universalidade se apoiam em estruturas de dominação que operam pela subalternização de outras experiências históricas e epistemológicas (Mignolo, 2010, p. 47-49). Assim, o conhecimento moderno ocidental universaliza e o faz por meio da desvalorização e do silenciamento de outros conhecimentos. Essa lógica, presente também no patrimônio, se manifesta na centralidade de critérios eurocêntricos de valor — como a materialidade monumental, a escrita e a institucionalização — que excluem ou subordinam práticas culturais baseadas em outras racionalidades, como a oralidade, a ritualidade e a experiência comunitária.

Essa dinâmica atinge seu ponto mais radical no que Sueli Carneiro denomina epistemicídio. Caracteriza-se pela exclusão de determinados saberes, mas acima de tudo, pela sua desqualificação sistemática enquanto maneiras legítimas de conhecimento.

(...) o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indignância cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2023, p.83-84).



Como a autora argumenta, o epistemicídio opera como “sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão”, anulando sujeitos enquanto produtores de conhecimento e inferiorizando suas capacidades intelectuais. No âmbito do patrimônio, isso se traduz tanto na ausência de determinados grupos nos inventários oficiais quanto na transformação de suas produções em objetos descontextualizados e reinterpretados sob categorias que lhes são externas.

Nesse quadro, as instituições patrimoniais desempenham papel central. Órgãos como o IPHAN operam como instâncias de legitimação que, ao reconhecer determinados bens, definem também os limites do que pode ser considerado patrimônio. Essa atuação não deve ser reduzida a uma lógica unívoca de imposição, mas compreendida como parte de um campo de disputas no qual se articulam saberes técnicos, demandas sociais e interesses políticos. Ainda assim, é necessário reconhecer que tais instituições participam da estabilização de narrativas que podem reproduzir hierarquias históricas, ao mesmo tempo em que, em determinadas circunstâncias, abrem espaço para sua problematização.

O patrimônio, além de preservar, transforma a memória em objeto, deslocando-a de práticas vividas para estruturas institucionalizadas de registro. Esse movimento aproxima-se daquilo que Jacques Le Goff denomina documento/monumento:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 1990, p.552)

O documento não é um dado neutro, é uma construção que visa impor ao futuro uma determinada leitura do passado. Assim, o patrimônio pode ser compreendido como um conjunto de documentos-monumentos que organizam a memória sob determinadas relações de poder. Em função disto, tentam legar para as gerações futuras representações que muitas vezes são apropriadas como se fossem naturais, imutáveis ou verdadeiras, ocultando os conflitos, os silêncios e as exclusões que marcaram sua própria produção.

Essa compreensão articula-se com a reflexão epistemológica de Henri-Irénée Marrou. Para ele, o conhecimento histórico não constitui um acesso imediato ao passado, porém resulta de uma relação mediada e crítica entre sujeito, fontes e interpretação (Marrou, s/d). Isso ocorre sem que isso implique a renúncia à busca de “verdade” ou das “verdades”. O patrimônio, enquanto campo de produção de memória, não revela verdades preexistentes, ele participa da construção de narrativas que



disputam legitimidade. Tal perspectiva permite deslocar o debate da autenticidade para as condições de produção da verdade histórica.

Ao mesmo tempo, o patrimônio deve ser compreendido como espaço de produção de identidades, conforme argumenta Stuart Hall. As identidades não são essências fixas, mas construções históricas e discursivas, produzidas no interior de relações de poder. O patrimônio, ao representar o passado por meio da seleção, e construir uma narrativa em torno dele, participa ativamente da constituição dessas identidades, definindo pertencimentos e exclusões. Nesse sentido, ele, além de refletir identidades, as produz tornando-se campo privilegiado de disputa simbólica.

Essas disputas tornam-se particularmente visíveis em contextos locais e comunitários, nos quais diferentes tipos de memória entram em tensão com os processos de patrimonialização oficial. Comunidades frequentemente resistem às classificações e enquadramentos institucionais, reivindicando maneiras próprias de narrar e significar suas experiências. Tais conflitos evidenciam que o patrimônio não é apenas instrumento de dominação, é campo de negociação, no qual diferentes projetos de memória se confrontam. A incorporação da perspectiva de Hannah Arendt permite avançar dessa crítica para o plano da ação. Ao compreender a liberdade como capacidade de iniciar algo novo no espaço público, Arendt desloca o debate do plano da representação para o da intervenção. O patrimônio, nesse sentido, não é apenas um sistema de representação do passado, é um campo no qual novos sujeitos podem aparecer e disputar os sentidos da memória. Emerge como campo no qual se entrelaçam colonialidade, produção de verdade e ação política.

3. Disputa de saberes e produção de memória

A reconfiguração crítica do patrimônio implica, necessariamente, um deslocamento no processo educacional. Ele não está livre de dissensos, na verdade, é uma construção histórica atravessada por relações de poder. Então, a educação patrimonial não pode limitar-se à transmissão de conteúdos legitimados institucionalmente. Ao contrário, deve ser compreendida como prática formativa que intervém nos modos de produção da memória, deslocando o sujeito de uma posição de recepção passiva para uma condição de participação crítica.

A educação patrimonial tradicional tem sido marcada por uma lógica transmissiva e conteudista, centrada na ideia de que o patrimônio constitui um conjunto de conhecimentos a serem assimilados. Nesse modelo, o processo educativo organiza-se a partir da mediação vertical entre especialista e público, na qual o primeiro detém o saber legítimo e o segundo ocupa o lugar de receptor. Tal configuração reproduz, no plano pedagógico, as mesmas hierarquias que estruturam o campo patrimonial, naturalizando narrativas e categorias sem problematizar suas condições de produção. O patrimônio aparece, assim, como objeto a ser aprendido, e não como campo a ser interrogado.

No contexto museal, essa dinâmica assume contornos ainda mais evidentes. As atividades educativas frequentemente não problematizam os objetos da cultura material, que começam a ser consumidos como expressões diretas de um passado tomado como verdadeiro ou como marcas identitárias estáveis de determinadas culturas. As exposições são, em grande medida, apresentadas como representações transparentes de uma época ou de uma sociedade, e não como resultados de escolhas técnicas, curatoriais e institucionais que definem o que será visível e significativo. Essa ausência de problematização evidencia que muitos museus operam menos como espaços efetivamente educativos e mais como instâncias de legitimação de narrativas já

estabilizadas, reproduzindo uma lógica de apresentação que oculta os processos de seleção, enquadramento e interpretação. Tal funcionamento constitui um traço da colonialidade, na medida em que naturaliza hierarquias de saber e reforça a autoridade de discursos que se apresentam como neutros, universais ou representativos, invisibilizando suas condições de produção.

Essa perspectiva torna-se ainda mais problemática quando situada no interior das dinâmicas da colonialidade, uma vez que tende a reforçar epistemologias dominantes e a invisibilizar outros saberes. Ao apresentar determinadas narrativas como universais, a educação patrimonial tradicional contribui para a reprodução do epistemicídio, ao excluir ou subalternizar modos de conhecimento que não se enquadram nos critérios instituídos. Nesse sentido, ela opera não somente como prática pedagógica, mas como dispositivo de reprodução de poder.

Em contraposição a esse modelo, a educação patrimonial em perspectiva decolonial propõe um deslocamento fundamental: da educação centrada apenas no ensino para uma educação problematizadora e dialógica. Esse deslocamento encontra fundamento na obra de Paulo Freire, para quem a educação não é um ato de depósito de conteúdos, é um processo de construção de consciência crítica orientado pela práxis — isto é, pela articulação entre reflexão e ação transformadora. Aplicada ao campo patrimonial, essa perspectiva implica compreender que não se trata de ensinar “o que é” o patrimônio, é fundamental problematizar como ele é produzido, por quem e com quais efeitos.

A noção freireana de conscientização desloca o foco da aprendizagem para a capacidade de ler criticamente o mundo. No contexto da educação patrimonial, o bem cultural é um dos objetos do conhecimento, é extremamente importante compreender os processos históricos e sociais que o constituem como patrimônio. “... o objeto não é só objeto, é, ao mesmo tempo, problema: o que está em frente, como obstáculo e interrogação” (Freire, 2013, p. 16). O inventário, nesse sentido, deixa de ser um instrumento técnico para tornar-se um espaço pedagógico no qual se explicitam as mediações, as seleções e as disputas que organizam a memória. A educação patrimonial, assim concebida, não transmite verdades, produz condições para que os sujeitos compreendam e intervenham nos processos de construção da verdade histórica.

Essa inflexão é aprofundada pelas contribuições de Bell Hooks, que enfatiza o caráter emancipatório da educação quando orientada por uma pedagogia engajada. Ensinar se torna um ato político que deve possibilitar a transgressão de fronteiras impostas por sistemas de dominação, criando espaços nos quais diferentes vozes possam emergir. Transpor essa perspectiva para o patrimônio, implica em romper com a centralidade de narrativas únicas e abrir o processo educativo à pluralidade de experiências e saberes. Por isto, “...qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida” (hooks, 2013, p.10). A sala de aula — ou o espaço expositivo — deixa de ser um lugar de reprodução de conhecimento para tornar-se um espaço de diálogo, no qual o aprendizado se constrói coletivamente.

A perspectiva de Catherine Walsh contribui para consolidar esse deslocamento ao articular educação, interculturalidade e decolonialidade, nas quais os sujeitos se relacionam, negociam, em torno de estratégias e ações. Para Walsh, a educação crítica deve questionar as estruturas que produzem a marginalização. Isso implica reconhecer a coexistência de múltiplos sistemas de conhecimento e promover relações que não sejam hierárquicas, mas dialógicas.

La interculturalidad entendida críticamente aún no existe, es algo por construir. Por eso, se entiende como una estrategia, acción y proceso permanente de relación y negociación entre, en condiciones de respeto, legitimidad, simetría, equidad e igualdad. Pero aún más importante es su entendimiento, construcción y posicionamiento como proyecto político, social, ético y epistémico – de saberes y conocimientos – que afirma en la necesidad de cambiar no solo las relaciones, sino también las estructuras, condiciones y dispositivos de poder que mantienen la desigualdad, inferiorización, racialización, discriminación. (Walsh, 2012: 92)

No âmbito patrimonial, tal abordagem permite deslocar o foco da representação para a relação, enfatizando os vínculos entre patrimônio, território, comunidade e experiência. A partir dessas contribuições, a educação patrimonial descolonial pode ser caracterizada por três dimensões centrais. Em primeiro lugar, sua natureza dialógica, que rompe com a lógica vertical da transmissão e reconhece os sujeitos como coautores do processo educativo. Em segundo lugar, seu caráter situado, que inscreve o patrimônio em contextos históricos e sociais específicos, evitando sua abstração e descontextualização. Em terceiro lugar, sua orientação crítica, que problematiza as condições de produção da memória e evidencia as relações de poder que a atravessam.

Essas dimensões permitem articular a educação patrimonial com a noção de liberdade desenvolvida por Hannah Arendt. Se a liberdade se realiza na ação e na participação no espaço público, então a educação patrimonial deve criar condições para que os sujeitos conheçam o patrimônio e atuem na definição de seus sentidos. Isso implica deslocar o processo educativo do plano da recepção para o da intervenção, transformando-o em espaço de aparecimento no qual diferentes vozes podem ser ouvidas e reconhecidas. Dessa forma, compreender a educação patrimonial como prática de liberdade pressupõe, para além de reformular métodos pedagógicos, redefinir o próprio sentido do que deve ser ensinado e apreendido. Trata-se de deslocar o foco da transmissão de conteúdo para a construção de sujeitos capazes de ler, questionar e intervir nos processos que produzem a memória coletiva. É nesse movimento que a educação patrimonial deixa de ser instrumento de reprodução para tornar-se prática efetiva de liberdade.

4. verdade histórica, mediação e disputa

A reconfiguração do inventário patrimonial em chave descolonial exige, antes de tudo, uma inflexão no modo como se compreende a própria natureza do conhecimento histórico. Nesse sentido, a contribuição de Henri-Irénée Marrou é decisiva, ao deslocar a discussão da objetividade histórica de uma pretensão de transparência do passado para o reconhecimento de sua constituição mediada. Para Marrou, a história não se confunde com o passado em si, corresponde a uma forma específica de conhecimento, produzida a partir da relação entre o historiador, seus instrumentos e os vestígios disponíveis. Tal formulação implica reconhecer que o conhecimento histórico não é um reflexo imediato do real, mas o resultado de uma operação intelectual situada, na qual seleção, interpretação e construção narrativa desempenham papel estruturante.

Essa perspectiva conduz a uma redefinição do estatuto da verdade histórica. Longe de uma concepção positivista, que a entenderia como adequação direta entre discurso e realidade pretérita, Marrou sustenta que a verdade histórica se constrói no interior de um processo interpretativo rigoroso, ainda que inevitavelmente

condicionado pela posição do sujeito cognoscente. Assim, “a história é inseparável do historiador”, isso não significa dizer que é uma arbitrariedade subjetivista, implica, na verdade, dizer que toda investigação histórica pressupõe um horizonte de questões, categorias e escolhas que orientam a leitura dos documentos e a organização do relato. A verdade histórica, nesse quadro, não é absoluta nem arbitrária: trata-se de uma verdade situada, produzida na tensão entre a resistência do passado e a atividade interpretativa do sujeito.

Essa concepção tem implicações diretas para o campo do patrimônio cultural, particularmente no que se refere à prática do inventário. Tradicionalmente concebido como procedimento técnico de identificação e catalogação de bens culturais, o inventário tende a ser apresentado como operação neutra, orientada por critérios objetivos de valor histórico, artístico ou cultural. No entanto, à luz da epistemologia histórica marrouniana, tal pretensão de neutralidade revela-se insustentável. Se todo conhecimento histórico implica seleção e interpretação, então o inventário, enquanto prática de organização do passado, participa igualmente desse processo de construção de sentido. Em outras palavras, inventariar não é simplesmente registrar o que existe, é também decidir o que deve ser reconhecido como significativo, quais narrativas serão legitimadas e quais permanecerão à margem.

É nesse ponto que a articulação com a crítica decolonial se torna necessária. Autores como Aníbal Quijano e Walter Dignolo evidenciam que os processos de produção de conhecimento estão historicamente atravessados por relações de poder que hierarquizam saberes, sujeitos e experiências. A colonialidade do saber, nesse sentido, opera como matriz que define quais formas de conhecimento são consideradas legítimas e quais são desqualificadas ou invisibilizadas. Quando transposta para o campo do patrimônio, essa lógica se manifesta na seleção de bens culturais que privilegiam determinadas matrizes históricas em detrimento de outras, reproduzindo silenciamentos que afetam, de modo particular, populações subalternizadas.

A partir dessa dupla inflexão: epistemológica, em Marrou, e crítica, na perspectiva decolonial, torna-se possível redefinir o inventário como prática situada de produção da verdade histórica. O inventário envolve escolhas, por isso é preciso explicitar que elas são atravessadas por disputas de poder e por regimes de visibilidade que determinam o que pode ou não ser reconhecido como patrimônio. Nesse sentido, inventariar implica sempre uma operação de delimitação: ao mesmo tempo em que torna visíveis certos objetos, práticas e narrativas, produz zonas de invisibilidade que não podem ser compreendidas como meros acidentes, mas como efeitos estruturais de processos históricos de exclusão.

É nesse horizonte que se propõe a noção de “inventariar a liberdade”. Tal conceito parte do reconhecimento de que, se a verdade histórica é construída, então o inventário não pode ser reduzido a uma técnica descritiva, devendo ser compreendido como prática epistemológica e política. Inventariar a liberdade significa, portanto, intervir nas condições de produção do conhecimento histórico, deslocando o foco da simples identificação de bens para a problematização dos critérios que orientam sua seleção e interpretação. Trata-se de um movimento que não se limita a ampliar o repertório de elementos inventariados, acima de tudo busca transformar os próprios fundamentos que definem o que conta como patrimônio.

Do ponto de vista analítico, essa proposta pode ser desdobrada em quatro operadores fundamentais. O primeiro diz respeito à posicionalidade, entendida como o reconhecimento de que todo inventário é produzido a partir de um lugar de enunciação



específico. Longe de comprometer a validade do conhecimento, tal reconhecimento constitui condição para sua explicitação crítica, permitindo que os pressupostos que orientam a investigação sejam trazidos à superfície. O segundo operador refere-se à seleção, isto é, ao conjunto de escolhas que definem quais objetos, práticas ou narrativas serão incluídos ou excluídos do inventário. À luz de Marrou, essa seleção não pode ser concebida como mero procedimento técnico, mas como momento decisivo de construção da verdade histórica.

O terceiro operador, a mediação, remete aos processos interpretativos por meio dos quais os vestígios do passado são transformados em evidências significativas. Como destaca Marrou, o documento não fala por si; ele é interrogado, contextualizado e reinterpretado à luz de questões que pertencem ao presente da investigação. Por fim, o quarto operador, a disputa, explicita o caráter conflitivo do campo patrimonial, evidenciando que diferentes grupos sociais mobilizam narrativas distintas — e, por vezes, antagônicas — acerca do passado. Inventariar a liberdade implica, nesse sentido, tornar o conflito visível e inteligível, reconhecendo-o como elemento constitutivo da produção do conhecimento histórico.

Ao articular esses operadores, o conceito de “inventariar a liberdade” desloca a educação patrimonial de um modelo transmissivo para uma perspectiva crítica, na qual o foco recai sobre os processos de construção da verdade. Em consonância com a pedagogia de Paulo Freire, tal abordagem compreende o conhecimento como prática, isto é, como atividade que envolve sujeitos históricos na produção de sentidos sobre o mundo que habitam. Nesse contexto, a liberdade não se reduz à inclusão de novos conteúdos, se define como a capacidade de participar ativamente da construção e da disputa das narrativas que estruturam a memória coletiva.

Inventariar não é apenas intervir no passado, é agir no presente, influenciando as maneiras como a história, as culturas e a diversidade social são selecionadas, organizadas e representadas. Para além de dar sentido aos vestígios, o inventário atua sobre os critérios que determinam o que se torna visível, representativo e legítimo, contribuindo diretamente para a construção das narrativas que organizam a memória coletiva. Essa intervenção ocorre de maneira fundamental no âmbito da educação patrimonial descolonial, pois esta última muda o foco da mera transmissão de conteúdos para a discussão dos processos que produzem a memória.

5.0 inventário entre mediação e monumentalização

A operacionalização do conceito de “inventariar a liberdade” exige reconhecer que o campo patrimonial não se organiza a partir de uma lógica unívoca, porém por meio de tensões constitutivas que atravessam suas práticas e instituições. Nesse sentido, a reflexão de Jacques Le Goff oferece um ponto de inflexão decisivo ao demonstrar que o documento não pode ser compreendido como destituído de subjetividades, mas como monumento, isto é, como construção histórica atravessada por relações de poder que visam produzir e estabilizar determinadas memórias que são principalmente legadas às gerações futuras. Entretanto, a incorporação dessa perspectiva não autoriza uma leitura unidimensional das instituições patrimoniais. Se o documento é monumento, ele não é exclusivamente um instrumento de dominação; também pode participar de um conjunto de forças que articulam, de forma tensa, processos de fixação e de abertura de sentidos. É nesse horizonte que o museu deve ser compreendido: simultaneamente como espaço de mediação e como dispositivo de produção de monumentalidade.

Enquanto espaço de mediação, o museu possibilita a construção de interpretações plurais, operando como instância de tradução entre diferentes

temporalidades, saberes e públicos. A exposição, a curadoria e as práticas educativas podem, nesse sentido, funcionar como dispositivos de problematização, capazes de explicitar a historicidade dos objetos e de tensionar as narrativas estabilizadas. Nessa dimensão, o inventário não se reduz a uma técnica classificatória; ele participa da construção de percursos interpretativos que abrem o patrimônio à multiplicidade de leituras.

Por outro lado, enquanto dispositivo de monumentalização, o museu atua na estabilização de sentidos, fixando determinados objetos e narrativas como representativos de uma memória coletiva autorizada. Ao selecionar, classificar e expor, a instituição produz hierarquias de visibilidade que conferem permanência a certas interpretações em detrimento de outras. Nesse processo, elementos de cultura material são deslocados de seus contextos de produção e reinscritos em regimes de significação que podem, simultaneamente, ampliar sua circulação e restringir seus sentidos.

Essa ambivalência não deve ser assumida como condição analítica. À luz da epistemologia de Henri-Irénée Marrou, tal tensão pode ser compreendida como expressão do caráter mediado da verdade histórica: toda produção de sentido envolve seleção, interpretação e construção narrativa. Contudo, a contribuição de Le Goff radicaliza esse entendimento ao evidenciar que os próprios materiais sobre os quais incide a interpretação já são produtos de processos anteriores de monumentalização. A crítica decolonial insere essa dinâmica em um quadro mais amplo, ao demonstrar que os regimes de monumentalização estão historicamente vinculados à colonialidade do saber, que define quais memórias são legitimadas e quais são silenciadas. Nesse sentido, o museu pode tanto reproduzir essas hierarquias quanto operar como espaço de sua problematização, dependendo das abordagens que utiliza para mobilizar seus dispositivos de mediação.

A conexão com Hannah Arendt se torna, então, crucial. Ao perceber que “liberdades [...] não são de modo algum o conteúdo real da liberdade, cuja essência é a admissão no âmbito público e a participação nos assuntos públicos”, Arendt possibilita mover a discussão do âmbito da representação para o da intervenção. Mais do que um estado ou condição, a liberdade se manifesta na ação, ou seja, na habilidade de dar início a algo inédito; ao longo da história da humanidade, em diversos momentos, “ser livre e iniciar alguma coisa nova eram sentidos como iguais” (ARENDR, 2018, p. 17 e 28). No entanto, essa possibilidade não é assegurada: ela está condicionada à real abertura dos dispositivos institucionais à diversidade e à imprevisibilidade características da ação. Com base nessas inflexões, o “inventariar a liberdade” pode ser operacionalizado como prática que atua na tensão entre mediação e monumentalização, sem pretender eliminá-la. Para tanto, sugerem-se três movimentos analíticos que se entrelaçam.

O primeiro, problematização, consiste em tornar visíveis os processos de construção que sustentam tanto a mediação quanto a monumentalização. Trata-se de explicitar os critérios de seleção, os enquadramentos interpretativos e as condições institucionais que definem o estatuto dos objetos inventariados. O segundo, tensionamento, implica explorar as fissuras entre diferentes regimes de sentido. Em vez de estabilizar uma interpretação, o inventário orientado pela liberdade busca colocar em relação narrativas distintas, evidenciando seus conflitos e suas implicações. Esse movimento impede que a mediação se converta em nova forma de fixação e que a monumentalização se apresente como inevitável. O terceiro, abertura à ação, introduz a dimensão arendtiana no interior do inventário. Trata-se de criar condições para que o processo inventarial mesmo representando o passado, se constitua como espaço de



intervenção no presente, no qual novos sujeitos possam aparecer e participar da construção dos sentidos patrimoniais. A liberdade, nesse contexto, não se define pela ausência de classificação, mas pela possibilidade de intervir nos processos que a produzem.

Esses movimentos articulam-se aos operadores analíticos previamente definidos: posicionalidade, seleção, mediação e disputa que, à luz da noção de documento/monumento, devem ser compreendidos como dimensões sempre atravessadas por relações de poder e por possibilidades de reconfiguração. A posicionalidade refere-se tanto ao sujeito que inventaria quanto às condições históricas que produziram os documentos. A seleção evidencia as escolhas que estruturam o campo patrimonial. A mediação explicita os processos interpretativos que produzem sentido. A disputa revela os conflitos entre diferentes narrativas e projetos de memória. O inventário, nesse contexto, não se situa fora dessas dinâmicas, ele opera no interior delas, podendo tanto reproduzir quanto tensionar os regimes de verdade que estruturam o campo patrimonial.

Inventariar a liberdade, portanto, não significa abolir a monumentalidade, e sim torná-la visível, disputável e aberta à ação. É nesse deslocamento, da fixação à problematização, da mediação à participação, que o inventário pode constituir-se como prática efetiva de liberdade.

6. Classificação, deslocamento, monumentalização e ação

A exposição *Inclassificáveis*, criada pelo Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira – MUNCAB³, pode ser compreendida como um campo analítico privilegiado para explicitar as operações que articulam classificação, deslocamento e produção de verdade no interior do inventário patrimonial. No entanto, à luz da reflexão de Jacques Le Goff, a questão não é analisar como as obras são classificadas ou deslocadas, porém compreender como esses processos participam da transformação de objetos em documentos-monumentos, isto é, em suportes de memória que organizam relações de poder no tempo.

A categoria “arte popular”, tensionada pela curadoria da exposição, evidencia precisamente esse processo. Longe de ser um simples rótulo descritivo, ela opera como dispositivo de monumentalização, ao fixar determinadas produções em um regime de visibilidade que simultaneamente as reconhece e as subalterniza. Ao serem classificadas, essas obras são convertidas em documentos de uma certa ideia de cultura, frequentemente associada ao “tradicional”, ao “folclórico” ou ao “periférico”, ao mesmo tempo em que são transformadas em monumentos que estabilizam essa leitura para o futuro. Como indica Le Goff, todo documento é já resultado de uma operação histórica que visa impor uma determinada imagem do passado.

³ O Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, que se encontra em Salvador (BA), foi inaugurado em 2009 com o objetivo de preservar, produzir e divulgar a cultura afro-brasileira e diaspórica, promovendo a memória, a arte e os intercâmbios com nações africanas. Após passar um período fechado, o museu reabriu suas portas em 2023 e agora se firma como um importante centro de discussão sobre identidade negra, colonialidade e patrimônio cultural. Em 2026, o MUNCAB recebeu a maior rematriação (ou repatriação) de arte afro-brasileira já realizada no país, com um conjunto de cerca de 666 obras de 135 artistas, provenientes do acervo internacional Con/Vida, que permaneceu por aproximadamente três décadas nos Estados Unidos. A coleção — composta por pinturas, esculturas, fotografias, gravuras, arte sacra e objetos rituais — foi incorporada ao patrimônio nacional por meio de doação das colecionadoras Bárbara Cervenka e Marion Jackson, configurando um marco simbólico e político nos debates sobre restituição, pertencimento e centralidade da produção afro-brasileira na história da arte.



O deslocamento dessas obras, de seus territórios de produção para circuitos institucionais, intensifica esse processo. Ao serem retiradas de contextos nos quais desempenhavam funções ritualísticas, sociais ou políticas, e reinscritas em espaços expositivos, as peças sofrem uma reconfiguração de sentido que não pode ser reduzida a uma simples mudança de lugar. Trata-se de uma operação de monumentalização que transforma práticas vivas em objetos de contemplação, convertendo experiências situadas em representações estabilizadas. Esse movimento produz um duplo efeito: por um lado, amplia a visibilidade dessas produções; por outro, restringe suas possibilidades de significação, ao enquadrá-las em categorias que as tornam legíveis dentro de um sistema artístico hierarquizado.

Os efeitos da monumentalização, nesse sentido, são múltiplos e ambivalentes. Em primeiro lugar, produzem efeitos de fixação, ao estabilizar determinadas interpretações como legítimas e duráveis. Em segundo lugar, geram efeitos de hierarquização, ao posicionar essas produções em escalas de valor que distinguem o “erudito” do “popular”, o “central” do “periférico”. Em terceiro lugar, implicam efeitos de descontextualização, ao romper vínculos entre objeto, território e prática social. Por fim, produzem efeitos de autoridade, ao conferir às instituições o poder de definir o que deve ser lembrado e como deve ser interpretado. Entretanto, como evidencia a exposição, esses efeitos não são absolutos. Ao propor a suspensão das classificações e ao reivindicar a rematriação das obras, a curadoria introduz fissuras no processo de monumentalização, tornando visíveis seus mecanismos. Nesse ponto, a análise converge com a perspectiva de Henri-Irénée Marrou, quando se refere à história, ao demonstrar que aquilo que se apresenta como evidência é, na verdade, resultado de uma construção mediada. O inventário expressa isto, longe de revelar um passado dado, participa da produção de sentidos que organizam esse passado no presente.

A incorporação da perspectiva de Hannah Arendt permite avançar dessa crítica para o plano da ação. Ao deslocar o foco da representação para a intervenção, a noção de liberdade como capacidade de iniciar algo novo ilumina o gesto da rematriação como prática que reinterpreta o passado e também reconfigura suas condições de existência. A rematriação, nesse sentido, pode ser compreendida como tentativa de romper a fixação monumentalizante, reinscrevendo as obras em circuitos de sentido nos quais possam recuperar — ainda que de forma transformada — suas dimensões relacionais e situadas.

A partir dessa análise, torna-se possível explicitar os mecanismos por meio dos quais a memória é transformada em poder — e, simultaneamente, os modos de intervir nesses processos. Entre tais mecanismos, destacam-se: a classificação, que define categorias de inteligibilidade; a seleção, que estabelece o que será incluído ou excluído; o deslocamento, que reconfigura os contextos de sentido; e a exposição, que organiza regimes de visibilidade. Esses mecanismos operam de forma articulada, constituindo o inventário como prática de produção de monumentos. Intervir nesses processos exige, por sua vez, estratégias que promovam a atuação sobre suas condições de funcionamento. Entre essas estratégias, podem-se destacar: a explicitação das mediações, tornando visíveis os critérios e escolhas que sustentam o inventário; a pluralização das narrativas, colocando em relação diferentes formas de interpretar os objetos; a recontextualização, que busca restituir vínculos entre obras e seus territórios; e a abertura à participação, criando condições para que novos sujeitos intervenham na definição dos sentidos patrimoniais.



Nesse horizonte, a exposição *Inclassificáveis* não elimina a monumentalização, desloca-a, tornando-a objeto de reflexão e de disputa. Ao fazê-lo, evidencia que o problema do inventário, para além da inadequação de suas categorias, está associado a uma lógica que transforma memória em monumento e, por conseguinte, em poder. Dessa forma, a análise permite afirmar que, ao contrário do que se pensa, o inventário não revela o passado, mas participa ativamente de sua construção como memória autorizada. Ele produz monumentos que organizam o poder sobre o que deve ser lembrado, esquecido ou reinterpretado. Inventariar a liberdade, nesse sentido, não consiste em abandonar o inventário, pelo contrário, demanda intervir nos mecanismos que o constituem, abrindo-o à crítica, à pluralidade e à ação. É precisamente nessa intervenção — situada entre mediação e monumentalização — que o inventário pode deixar de operar como instrumento de fixação para tornar-se prática de liberdade.

O Museu da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB), no coração do Centro Histórico de Salvador, não deve ser visto apenas como um símbolo de resistência, mas sim como um espaço real onde as tensões entre colonialidade, memória e ação se manifestam. Ao tomar posse de um antigo edifício público e reconfigurá-lo com base nas vivências da diáspora africana, o museu não apenas altera narrativas, mas também intervém nos sistemas de visibilidade que, ao longo da história, determinaram o que poderia ser considerado patrimônio. Nessa perspectiva, sua intervenção desafia de forma direta o chamado “discurso autorizado do patrimônio”, ao evidenciar que aquilo que se apresenta como herança cultural é resultado de seleções, enquadramentos e exclusões historicamente situados. Mais do que simplesmente exibir objetos, ele trabalha com as circunstâncias que envolvem a produção da verdade histórica. Ao rejeitar a lógica que reduz a cultura negra a um mero vestígio estático, folclorizado ou fora de contexto, o museu transforma o próprio estatuto do inventário, movendo-o de uma prática de classificação para um espaço de disputa epistemológica.

Contudo, o que realmente diferencia o MUNCAB não é somente a incorporação de novas narrativas, mas a maneira como organiza suas práticas curatoriais e educativas. Diferentemente de instituições que replicam a lógica da apresentação como sinônimo de transparência — ocultando as mediações que estruturam o visível —, o museu funciona para tornar evidentes essas mediações, permitindo a problematização dos critérios que estabelecem o que é relevante. Nesse sentido, converge com a ideia arendtiana de ação: não se trata simplesmente de reconstituir o passado, mas de possibilitar a intervenção no presente, fazendo surgir novos sujeitos que possam contestar os significados da memória.

Referências Bibliográficas

- Arendt, Hannah. *Liberdade para ser livre*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2018.
- Carneiro, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- Quijano, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.



- Marrou, Henri-Irénée. *Do conhecimento histórico*. 2. ed. Tradução de Ruy Belo. Lisboa: Editorial Aster, [s.d.].
- Mignolo, Walter D. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- Smith, Laurajane. *Uses Of Heritage*. Abingdon (Oxon): Routledge, 2006.
- Walsh, Catherine. *Interculturalidad crítica y (de)colonialidad: ensayos desde Abya Yala*. Quito: Ediciones Abya-Yala; Instituto Científico de Culturas Indígenas (ICCI), 2012.